



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

1

A ATUAÇÃO DA UNIVERSIDADE NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO ÂMBITO DO PNAP/UAB/UFSC

Márcia Eunice Lobo - INPEAU/UFSC
Eduardo Lobo - UFSC
Claudelino Martins Dias Junior - UFSC
Alexandre Moraes Ramos - UFSC
Marcos Baptista Lopez Dalmau - UFSC

Resumo

Este artigo tem por objetivo abordar a atuação da universidade como protagonista do desenvolvimento social no Brasil, a partir de uma visão macroeconômica e da competitividade no cenário global, bem como apresentar um conceito de desenvolvimento aplicado ao contexto do ensino superior brasileiro e das demandas sociais. Também busca analisar, teoricamente, por meio de uma revisão bibliográfica e documental, o panorama da Educação a Distância (EAD) e da democratização do conhecimento, no âmbito do Curso de Administração Pública na modalidade a distância do Programa Nacional de Administração Pública (PNA), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como resultado das políticas públicas para a educação superior. Foi possível concluir, a partir dessa experiência de aprendizagem no ensino superior público a distância, que a universidade brasileira pode ser considerada indutora e protagonista do desenvolvimento social.

Palavras-chave: Universidade. Desenvolvimento social. Educação a distância.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

2

1 Introdução

A universidade no século XXI será certamente menos hegemônica, mas não menos necessária do que foi nos séculos anteriores. A sua especificidade enquanto bem público reside em ser ela a instituição que liga o presente ao médio e longo prazo pelos conhecimentos e pela formação que produz e pelo espaço público privilegiado de discussão aberta e crítica que constitui (SANTOS, 2005, p. 114).

Este artigo aborda o desempenho acadêmico e a eficácia social da universidade, tecendo algumas reflexões sobre o seu impacto na sociedade, em uma relação dialética entre o conhecimento que produz e o progresso cultural, histórico, humanístico e científico gerado em seu interior. Dessa forma, tem como principal objetivo reafirmar a atuação da universidade como protagonista do desenvolvimento social no Brasil, a partir de uma visão macroeconômica e da competitividade no cenário global.

Assim, apresenta-se um conceito de desenvolvimento social aplicado ao contexto do ensino superior brasileiro e das demandas sociais, situando a definição das políticas públicas para Educação a Distância (EAD) e também para a democratização do conhecimento como indutoras desse processo.

Diante do exposto, o presente artigo busca apresentar a experiência do Departamento de Ciências da Administração (CAD), com o Programa Nacional de Administração Pública (PNAP), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB) da Universidade Federal da Santa Catarina (UFS), com a oferta dos cursos de Graduação e Pós-Graduação na modalidade a distância como apoio às políticas públicas que definem a universidade, analisando o seu impacto e a sua eficácia como responsáveis por uma maior equidade e pelo desenvolvimento social.

2 Um olhar sobre o desenvolvimento

Segundo Sen (2008), quanto mais desenvolvida uma nação se torna, mais livres são os indivíduos que dela fazem parte.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

3

Do mesmo modo, o conceito de desenvolvimento aqui proposto vai além da relação entre crescimento econômico e distribuição de renda, e assume a capacidade de extinguir as desigualdades de oportunidades ocasionadas pela carência de liberdades básicas, como as de saúde, educação, infraestrutura e alimentação, que, como resultado, restringem a capacidade de ação livre dos homens, reduzindo a sua atividade produtiva.

Assim, “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2008, p. 10), e é percebido como propulsor de liberdades individuais e coletivas que os sujeitos passam a desfrutar, ultrapassando análises econômicas que o vinculam ao Produto Interno Bruto (PIB) de um país, ao seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), à melhoria dos salários e da renda, à crescente industrialização e ao avanço tecnológico.

Embora os fatores citados sejam indispensáveis ao processo de desenvolvimento social e humano, o que se pretende neste estudo é ampliar o conceito de desenvolvimento, contextualizado a sociedade da informação, e vinculá-lo às oportunidades sociais, as quais os indivíduos têm o direito de gozar, principalmente aquelas ligadas aos processos educacionais e à escolarização formal, que, de forma concreta, oportunizam a inserção social e econômica, e que, segundo Sen (2008, p. 26), “[...] podem ajudar a gerar abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais”.

Nesse caso, “com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seus próprios destinos e ajudar uns aos outros” (SEN, 2008, p. 26), o que garante ao Estado um nível de desenvolvimento sustentado no crescimento qualitativo dos bens e serviços.

Ainda no entender de Sen (2008, p. 56),

Oportunidades sociais são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor. Essas facilidades são importantes não só para a condução da vida privada (como por exemplo levar uma vida saudável, livrando-se da morbidez evitável e da morte prematura), mas também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

4

Cabe observar que, nas últimas décadas do século XX, a sociedade passou por uma série de transformações e adaptações a novos modelos de produção.

Essas mudanças foram ocasionadas pela crescente e cada vez mais sofisticada industrialização e também pelo aumento da competitividade entre as nações, resultante do incremento tecnológico e da evolução da logística, seus conceitos e aplicações, que passaram a integrar *stakeholders* e favorecer a ampliação e o desenvolvimento dos processos de produção, por meio de uma maior fluidez de informações em um mundo conectado e globalizado.

Nas palavras de Hobsbaw (2009, p. 63):

Pela primeira vez na história da humanidade, isso tornou possível organizar a produção, e não apenas o comércio, em escala transnacional. Até a década de 1970, uma companhia que quisesse produzir automóveis em outro país teria de construir uma fábrica inteira e implantar todo o processo de produção local, por exemplo nas Filipinas. Agora é possível descentralizar a produção de motores e outros componentes e, em seguida, transferi-los para o local mais conveniente para a empresa. Para todas as finalidades práticas a produção não é mais organizada no interior dos limites políticos do Estado onde se encontra a sede da empresa.

O autor ainda esclarece que “mesmo esse avanço não teria levado muito longe sem os aperfeiçoamentos ainda mais espetaculares nos sistemas de informação, os quais permitem o controle do processo a partir de um ponto central e praticamente em tempo real” (HOBSBAW, 2009, p. 63).

Dessa forma, as relações de trabalho e a própria formação para o trabalho, nesse sentido entendida como ofício, se modificaram. Demandas foram criadas, novas tipologias de trabalho surgiram, saberes e práticas emergiram, pois, “com esse novo suporte de informação e de comunicação emergem gêneros de conhecimento inusitados, critérios de avaliação inéditos para orientar o saber, novos atores na produção e tratamento do conhecimento” (LÉVY, 2007, p. 167).

E esses são fatos característicos da chamada sociedade da informação, que definem o nosso tempo. Trata-se de uma nova sociedade (CASTELLS, 2007), cada vez mais ligada *a e pela* tecnologia, tão visível em nossa época, que aparece como demarcadora de um período. E suas consequências chegam a ser comparadas às resultantes da revolução causada pelas



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

5

máquinas industriais, que transformaram e até extinguiram as sociedades agrárias nos séculos XVIII e XIX, conforme salienta a publicação “*Towards a Global Information Society*”, da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (1997 apud BRUNNER, 2004, p. 22):

[...] as redes de comunicação e as aplicações interativas multimídias estão proporcionando os fundamentos para uma transformação das ordens socioeconômicas existentes, tendo em vista uma sociedade da informação; esta é concebida como o resultado de uma mudança de paradigma nas estruturas industriais e relações sociais, semelhante à revolução industrial, que no seu momento transformou as sociedades agrárias.

Portanto, em um mundo onde “trabalhar quer dizer, cada vez mais, aprender, transmitir saberes e transmitir conhecimentos” (LÉVY, 2007, p. 157), nada mais compreensível do que atrelar as necessidades dessa nova sociedade à capacidade formativa da educação, de não só preservar o legado cultural construído pelos homens, mas, sobretudo, de auxiliar na geração e na propagação de novos saberes, interligando-os com o mundo do trabalho.

Nesse sentido, Sen (2008) reforça a necessidade de uma formação adequada, sem a qual os homens não conseguirão exercer atividades econômicas que exijam um grau mais levado de qualificação no processo de produção de bens e serviços. Note-se que essa é uma exigência cada dia mais presente e crescente na sociedade moderna, englobando, até mesmo, participar das decisões políticas do Estado.

Para o autor, a educação está inserida no grupo da liberdades substantivas sem as quais um país não se desenvolve plenamente. E essa defesa da educação como uma liberdade substantiva constitui, para ele, “[...] uma tentativa de ver o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Nesta abordagem, a expansão da liberdade é considerada (1) o *fim primordial* e (2) o *principal meio* de desenvolvimento” (SEN, 2008, p. 52, grifos do autor).

Partindo da existência do consenso sobre a centralidade do papel da educação no desenvolvimento social, torna-se também evidente analisar as Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC) inseridas nos processos educacionais. Nesse caso, embora as TIC não tenham se originado no interior do sistema de ensino, trazem para a educação novas



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

6

perspectivas e possibilidades de ação, visto que “[...] uma parte importante da educação tem a ver com informação: sobre o mundo que nos reodeia, sobre os outros e sobre nós mesmos” (BRUNNER, 2004, p. 23).

Logo,

Essa maneira de entender a educação como motor do desenvolvimento a leva, sem dúvida, a enfrentar novos desafios; entre outros, expandir e renovar permanentemente o conhecimento, dar acesso universal à informação e promover a capacidade de comunicação entre indivíduos e grupos sociais. Foi para tentar dar resposta a esses desafios que se recorreu às novas tecnologias (SAUS, 2004, p. 221).

Essa evidência acima referenciada tem um sentido mais notório quando são observados os desafios dos países latino-americanos, os quais, além de terem de se adaptar às inovações e criar novas tecnologias, precisam lidar com os seus desequilíbrios econômicos e políticos, além das desigualdades sociais.

No contexto da América Latina, essa discussão deve assumir, além disso, a presença de um excesso de demandas urgentes a resolver, que vão desde a provisão de recursos básicos como alimentação, edifícios escolares e salários dignos para os professores, até as demandas mais modernas de conectividade que permitam uma instalação adequada das novas tecnologias (TEDESCO, 2004, p. 10).

Percebe-se que, nos países onde existe uma maior desigualdade social, o Estado intensificou as suas políticas públicas na condução de uma educação como equalizadora e propulsora de desenvolvimento, projetando a tecnologia como aliada desse processo. Foi assim no México (TAMAREL, 2004), no Uruguai (SAUS, 2004), na Argentina (IAIES, 2004), no Brasil (LOBO, 2011) e no Chile (AZOCAR, 2004).

No Brasil, o que se verificou foi o direcionamento das políticas educacionais para o uso da tecnologia e, mais precisamente, da educação a distância. Contudo, conforme analisa Brunner (2001 apud BRASLAVSKY, 2004), não se pode esperar que a tecnologia, *de per se*, direcione as transformações na educação. Isso porque

A Educação é muito mais que seus suportes tecnológicos; encara um princípio formativo, é uma tarefa social e cultural que, sejam quais forem as transformações que experimente, continuará dependendo, antes de tudo, de seus componentes humanos, de seus ideais e valores (BRUNNER, 2001 apud BRASLAVSKY, 2004 p. 77).



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

7

Por certo, como projeto, o que se espera é uma EAD que ofereça caminhos de aprendizagens contextualizadas, críticas e capazes de impulsionar o processo de transformação humano e o desenvolvimento social, e que garanta a qualidade de uma formação diferenciada pelo uso da tecnologia, também como promotora e geradora de novos saberes e práticas.

3 Educação a distância e a democratização do conhecimento

A relação entre educação e desenvolvimento é uma marca de nosso tempo, não obstante Lukacs (2005) ressalte que muitas catástrofes e perigos são criados pelo homem moderno e escolarizado como resultado das ciências aplicadas. Sempre foi esperado que uma sociedade com altos índices de escolarização fosse uma sociedade tendendo à equalização, desenvolvida tecnológica e humanisticamente.

E, especificamente no Brasil, esse pensamento não só foi motivo de debates, como também serviu de fundamentação para a promoção de políticas públicas que visaram, entre outras ações, à ampliação do ensino superior, sobretudo a partir da década de 1960, com a Reforma da Universidade, pois era evidente o reduzido número de estudantes que alcançavam os níveis mais altos de escolarização e o caráter elitista do ensino superior e sua destinação, o que gerou um estoque de alunos concluintes do ensino médio que interrompiam sua formação, tornando clara a necessidade de se repensar a universidade brasileira, seu papel social, projeto e proposta.

Todavia, apesar da intenção de Reforma da Universidade, esse *status quo* permaneceu inalterado até o final de década de 1990, como reflexo do momento histórico e político o qual o país atravessava.

Paralelamente, chegavam ao Brasil referências e estudos ibero-americanos de investigação sobre a modalidade a distância, no âmbito acadêmico, em consonância com o desenvolvimento ainda lento das telecomunicações, o surgimento da internet e os avanços no *hardware*. A retrógrada lei de reserva de mercado para a informática foi superada, e iniciaram-se as experimentações nacionais com a EAD.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

8

As universidades brasileiras passaram a discutir e promover pesquisas e iniciativas em EAD, visando, além da ampliação de sua oferta, à análise de formas menos tecnicistas e utilitaristas de seu desenvolvimento, levantando questões que não só refletiam sobre o uso da tecnologia, mas ampliavam o foco para a regulação, a avaliação, a supervisão, o planejamento e os projetos para essa modalidade, discutindo, também, a ainda incipiente institucionalização junto ao sistema federal de educação.

Como consequência, foi iniciado, no final do século XX, um processo de expansão do número de instituições superiores de educação e, também, do número de matrículas, orientado pelas políticas da época, que se acentuaram no período após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, conforme se observa na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 - Número de instituições de educação superior, cursos e matrículas por categoria administrativa – Brasil: 1996-2007

Ano	Instituições			Cursos			Matrículas		
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
1996	922	211	711	6.644	2.978	3.666	1.868.529	735.427	1.133.102
2007	2.281	249	2.032	23.488	6.596	16.892	4.880.381	1.240.968	3.639.413
0 % 1995-2007	147,4	18,0	185,8	253,5	121,5	366,7	161,2	68,7	221,2

Fonte: Censo da Educação Superior no Brasil - INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2008).

É importante citar o alargamento do ensino superior privado, como é possível verificar na Tabela 1. As Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, que, até o ano de 1996, representavam 77,11%, passaram a deter, em 2007, 89,08% da totalidade do ensino superior no Brasil. Porém, quando o enfoque se volta para a diferença no padrão de crescimento das IES públicas, comparado com as IES privadas, percebe-se o quanto esse mercado foi aberto: as IES públicas, no período considerado, cresceram 18%, ao passo que as IES privadas cresceram 285,79%.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

9

Convém ressaltar que o crescimento das IES privadas, durante o final do século XX e início do XXI, foi condicionado pelas políticas de acesso à escolarização, em sintonia com as propostas e os projetos fundamentados em um modelo de governo que previa, naquele momento, uma autoregulação dessas instituições e uma menor atuação pública na educação, e que também se apoiava na máxima de que, por meio da educação formal, os indivíduos gozariam do *status* originado pela capacidade de empregabilidade, regulada pelo mercado.

Por toda a parte o Estado passou a ser visto não mais como um elemento equalizador que garante interesses de todas as classes ao atuar como instância que assegura a reprodução do sistema *qua* capitalista, mas como um enorme corpo e burocratas caros e ineficientes que centralizam as decisões em seu proveito – não restando alternativa senão a privatização dos serviços (incluindo os de educação) e das empresas públicas (PAIVA; WARDE, 1994, p. 11).

Após o incentivo à expansão do ensino presencial, tiveram início, por volta de 1998, os pedidos de credenciamento institucional para a oferta de cursos superiores a distância. Assim, o Ministério da Educação (MEC), com base no artigo 80 da LDB, começou a construir políticas para EAD.

Em decorrência disso, as IES privadas, sendo aquelas que mais rapidamente se apropriaram das políticas de ampliação do ensino presencial, também se apoderaram da EAD, sendo iniciada, imediatamente após a LDB, a oferta de cursos superiores e de experiências de uso dessa modalidade.

Contudo, mesmo com o projeto de ampliação das políticas para educação e também de acesso à ela, ocorreu, apenas de forma objetiva, a proposta de desenvolvimento de um Plano Nacional de Educação (PNE), que teve a sua discussão iniciada nos anos de 1990, no qual seriam inseridas possibilidades de fortalecimento da educação a distância.

Segundo Lobo (2011, p. 18),

Com a intenção de diagnosticar e criar metas e diretrizes para a educação brasileira, o PNE foi elaborado a partir de um projeto de lei que tinha como eixos norteadores a Constituição Federal de 1988, a LDB, de 1996, e a Emenda Constitucional nº 14, de 1995, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

10

(BRASIL, 2001b). E, também, o Plano Decenal de Educação Para Todos, formulado a partir das orientações da UNESCO¹.

Com o seu texto aprovado em janeiro de 2001 (Lei nº 10.172), a EAD foi caracterizada como aquela modalidade à qual caberia equalizar desigualdades, oferecendo acesso à educação e à justiça social, essencialmente moldada às exigências da sociedade moderna.

Ainda de acordo com Lobo (2011, p. 18),

Pelo entendimento de que “toda política pública é uma forma de intervenção nas relações sociais em que o processo decisório condiciona e é condicionado por interesses e expectativas sociais” (FERNANDES, 2007, p. 1), ocorreu, como alternativa, o incentivo à adoção da educação a distância (EAD) como forma democratizar a educação.

E, dessa forma, ficou circunscrito que o Estado deveria, por meio das metas estabelecidas no PNE:

- Iniciar, logo após a aprovação do Plano, a oferta de cursos a distância, em nível superior, especialmente na área de formação de professores para a educação básica.
- Ampliar, gradualmente, a oferta de formação a distância em nível superior para todas as áreas, incentivando a participação das universidades e das demais instituições de educação superior credenciadas.
- Incentivar, especialmente nas universidades, a formação de recursos humanos para educação a distância.
- Apoiar financeira e institucionalmente a pesquisa na área de educação a distância (BRASIL, 2001).

Em síntese, caberia à educação a distância, por meio do panorama traçado pelo PNE, ser promotora de transformação e desenvolvimento econômico e social, visando à construção de uma sociedade do conhecimento (UNESCO, 1998).

Orientados por essa premissa, foram criados programas desenvolvidos a partir de mídias de primeira e segunda gerações, principalmente o *broadcasting*, em parceria com as tvs educativas direcionadas à formação docente.

Só será permitida a celebração de contratos onerosos para a retransmissão de programa de EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA com redes de televisão e de rádio quando não houver cobertura da Televisão e de Rádio Educativa, bem

¹ Em reunião realizada, na Tailândia, em Jomtien, no ano de 1990, que introduziu a necessidade da educação para todos como fundamental ao progresso social e pessoal (UNESCO, 1990).



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

11

como a elaboração dos programas será realizada pelas Secretarias Estaduais, Municipais ou pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2001).

Vale dizer que, apesar do aumento na oferta da modalidade a distância ter sido mais perceptível no setor privado, as políticas que propiciavam a expansão da EAD nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) passaram a acontecer de modo articulado com a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Esse sistema foi criado pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, com base nos artigos 80 e 81 da LDB, no PNE, na Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, bem como no Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, e foi publicado no Diário Oficial da União nº 110, de 9 de junho de 2006 (LOBO, 2011, p. 20).

O artigo 1º do referido Decreto nº 5.800/06, que instituiu a UAB, estabeleceu a destinação da mesma e fixou a sua finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país (BRASIL, 2006).

Foram definidos como objetivos: a criação de programas para a formação docente; a ampliação do acesso à educação superior pública; a redução das desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do país; o estabelecimento de amplo sistema nacional de educação superior a distância; o fomento ao desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância; bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

Dessa forma, como consequência dessa política de Estado, a UAB foi instituída e alguns programas de EAD foram criados e implementados. Um deles, o Curso de Administração Pública, na modalidade a distância, no âmbito do PNAP, foi iniciado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), concomitantemente à oferta de outros programas de Bacharelado e de Licenciatura por diversas unidades de ensino daquela IFES.

A seguir, são descritas algumas das principais características do então denominado programa PNAP/UAB/UFSC.

4 Os Cursos de Graduação e Pós-Graduação na modalidade a distância no âmbito do CAD/PNAP/UAB/UFSC



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

12

O Ministério da Educação, objetivando a consecução e o fomento dos cursos da UAB e, conseqüentemente, a democratização, a expansão e a interiorização da oferta de ensino superior público e da formação de gestores públicos, por meio da extinta Secretaria de Educação a Distância (SEED), ofertou o Curso de Administração Pública na modalidade a distância, operacionalizado pelas IES públicas, de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

De acordo com Weinzierl (2013), o PNAP teve como germe o Projeto Piloto, Curso Experimental de Bacharelado em Administração implantado em 2005, por iniciativa conjunta do Ministério da Educação, do Banco do Brasil e do Fórum das Estatais pela Educação. Sua abertura aconteceu em 2006, e as ofertas totalizaram 9.156 vagas de Graduação, distribuídas em 19 Unidades da Federação e 21 IES.

Esse curso, em nível de Graduação, teve a sua oferta iniciada na UFSC, para três turmas: a primeira com 300 vagas, iniciada em 2009; a segunda, com 200 vagas, iniciada em 2012, somente em dois polos de apoio presencial: Florianópolis e Chapecó, em Santa Catarina. A terceira deve ser iniciada no segundo semestre de 2013.

Segundo Costa et al. (2013, p. 5), “em continuidade ao processo de inclusão educacional iniciado pelo Sistema UAB e com o objetivo de expansão do Sistema, o MEC lançou o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) em nível de pós-graduação”.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, e também com o Guia de Aluno, que compõe o material didático, o PNAP caracteriza-se, em sua essência, pela reafirmação do caráter estratégico da UAB, do desenvolvimento científico e da inovação tecnológica para o crescimento sustentado do país, por meio da promoção do desenvolvimento regional, da geração de empregos e da maior equidade social.

5 A Pós-Graduação no âmbito do PNAP

O PNAP, tendo como principal objetivo a formação e o aperfeiçoamento de gestores públicos em nível gerencial, integrantes de entidades governamentais da administração direta



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

13

e indireta, bem como de agentes do terceiro setor, visou à criação de um perfil nacional do administrador público, propiciando a formação de gestores que utilizem uma linguagem comum e que compreendam as especificidades de cada uma das esferas públicas: municipal, estadual e federal.

Ressalte-se que a construção do PNAP se deu de forma coletiva e colaborativa, sendo um projeto pedagógico básico implantado pelas universidades integrantes do Sistema UAB aderentes ao Programa. Essa ação objetivou a otimização do uso dos recursos públicos e o compartilhamento de experiências e práticas em EAD, em especial no ensino da administração pública (WEINZIERL, 2013).

Pode-se entender que a integralização do PNAP dentro do contexto do CAD (Departamento de Ciências da Administração) procedeu-se de forma estreitamente conjugada entre a sua oferta de Graduação, bem como de Pós-Graduação, com os Programas de Especialização *Lato Sensu* em: Gestão Pública (concluído em maio de 2013), ofertado nos polos de Canoinhas, Criciúma e Florianópolis, no estado de Santa Catarina, e em São Francisco de Paula, no Rio Grande do Sul; Gestão Pública Municipal (em andamento), ofertado nos polos de Chapecó, em Santa Catarina, e em Seberi, Tapejara e Tio Hugo, no Rio Grande do Sul; e Gestão em Saúde (em andamento), ofertado nos polos de Criciúma, Florianópolis, Joinville e Laguna, todos em Santa Catarina, totalizando 600 vagas.

O primeiro desses Cursos de Especialização foi concluído em maio de 2013, e teve como principal contribuição a formação de 170 acadêmicos, que, por meio de ambiente virtual, procederam à avaliação de sua participação referente ao seu processo de aprendizagem. Coube igualmente aos tutores uma participação nessa avaliação no que se refere à qualidade das aulas ministradas e à pertinência das temáticas das videoconferências nos respectivos polos de atuação, o que caracterizou a constante avaliação qualitativa pela qual passou e vem passando o projeto inicial e de expansão do curso.

Ademais, o curso foi estruturado em dois módulos: básico e específico. O módulo básico foi composto por nove disciplinas de 30 horas cada, totalizando 270 horas. As disciplinas oferecidas foram: Introdução à educação a distância; Metodologia do estudo e da pesquisa em Administração; Estado, governo e mercado; O público e o privado na gestão



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

14

pública; Desenvolvimento e mudanças no Estado brasileiro; Políticas públicas; Planejamento estratégico governamental; O Estado e os problemas contemporâneos; e Indicadores socioeconômicos na gestão pública (BRASIL, 2009).

O módulo específico foi composto de seis disciplinas de 30 horas e duas disciplinas de 45 horas, totalizando 210 horas, sendo elas: Cultura e mudança organizacional; Comportamento organizacional; Redes públicas de cooperação em ambientes federativos; Gestão operacional; Gestão logística e plano plurianual; e Orçamento público (BRASIL, 2009).

Faz-se oportuno relatar que a conclusão do Curso de Especialização em Gestão Pública apresenta um percentual de permanência e conclusão de 85% de alunos, em um universo de 200 vagas inicialmente ofertadas.

Um dado relevante com relação ao percentual de aproveitamento dos concluintes é que este foi de 100%, reafirmando a importância de um currículo aderente aos alunos e às necessidades regionais específicas. É importante observar que aqueles alunos que não concluíram o curso relataram motivos pessoais, como mudança de domicílio, o que inviabilizou a continuidade por força das atividades presenciais obrigatórias.

Da experiência de conclusão do Curso de Especialização em Gestão Pública ofertado pelo CAD, projeta-se a minimização de dificuldades nos demais, a partir do processo de avaliação final levado a cabo por sua coordenação. Para tanto, observa-se que, do aproveitamento da experiência acumulada pela equipe de tutores presenciais e a distância, tem-se subsídios inestimáveis para a melhoria na interface com os alunos, e, principalmente, nos processos de interação.

Bunn et al. (2012, p. 21), ao relatar os objetivos específicos do Curso de Gestão em Saúde, salientam que:

O desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos, é consequência de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, sendo importantes as práticas de organização e de administração do trabalho, adotadas na sociedade, no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área organizacional. Nesse sentido, o papel reservado ao curso de Especialização em Gestão em Saúde é de grande importância, na medida em



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

15

que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica do País.

Ainda é importante ressaltar que o envolvimento quase que integral do corpo docente do CAD/UFSC na gestão do Programa, na construção dos materiais didáticos, na coordenação de tutoria, na oferta de disciplinas, na construção e na realização de seminários temáticos, na orientação de trabalhos de conclusão de curso e na realização de bancas presenciais de avaliação final apresenta-se como indicativo de fortalecimento da proposta de EAD no âmbito da Pós-Graduação da UFSC.

Paralelamente, constata-se, ao longo do processo presencial de orientação em 2013, que a EAD efetivamente possibilita a ampliação da oferta, a interiorização da universidade e o cumprimento de seu papel de promoção da inclusão social e, sobretudo, na indução do desenvolvimento social, não somente em sua área de abrangência física, mas em nível nacional.

No caso da Graduação em Administração Pública, os próprios alunos ressaltam que não teriam outra oportunidade de aprofundar ou mesmo construir conhecimento em gestão pública, para melhorarem a sua atuação como servidores públicos, senão por meio dessa experiência com educação a distância.

Como derradeiro, cabe dizer que, a partir da abordagem da *Harvard Business School* (HBS), por meio de Porter (1999), o principal objetivo de um país consiste em proporcionar elevado padrão de vida para os cidadãos. Dessa forma, pode-se inferir que a contribuição maior da área pública, para a competitividade da nação, na direção da melhoria da produtividade, passa obrigatoriamente pela formação de seu povo e, por que não, de seus gestores públicos.

6 Conclusões

Diante de todo o exposto, é possível afirmar que o papel da universidade pública e de qualidade vem sendo desempenhado pela UFSC, com o apoio de seus projetos de EAD, e, no



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

16

caso do PNAP, com o apoio do CAD, de seu corpo docente e técnico-administrativo e de seus tutores, que contribuem com foco no cumprimento dos objetivos de cada projeto político-pedagógico de curso.

A partir do exemplo dos cursos de Graduação e Pós-Graduação a distância, no âmbito do PNAP, abordados neste artigo, e à luz dos autores aqui referenciados, conclui-se que, sem universidade, uma sociedade não se desenvolve intelectual, artística, científica e culturalmente de forma plena. A universidade é muito mais do que necessária e tem feito uso das ferramentas tecnológicas, como a EAD, para desempenhar o seu papel de indutora do crescimento.

Percebe-se que, mesmo sem uma resposta imediata às demandas, a universidade brasileira vem acompanhando as transformações sociais, concretizando políticas públicas, o seu papel e a sua destinação pública.

Os resultados dos Cursos de Administração Pública na modalidade a distância somente reforçam o papel da universidade como indutora e protagonista de mudança e de promoção de melhoria e de desenvolvimento social.

Conclui-se que o PNAP, em sua essência e na prática, vem reafirmando o caráter estratégico da UAB, fortalecendo o desenvolvimento científico e a inovação tecnológica para o crescimento sustentado do país, com a promoção do desenvolvimento regional e com maior equidade social.

THE ROLE OF THE UNIVERSITY RELATED TO THE SOCIAL DEVELOPMENT: an overview of the Public Management Undergraduate and Graduate Courses of PNAP/UAB/UFSC

Abstract

This paper focuses on the role of the university as a protagonist of the social development in Brazil, from a macroeconomical and competitiveness approach into the global scenario. It is also presented a concept of development applied to the Brazilian higher education



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

17

environment and its social demands. It is intended to analyse theoretically, through a bibliographical and documental review the panorama of Distance Learning (EAD) and also the knowledge democratization into the Public Administration Graduate and Undergraduate Courses of the National Program of Public Administration (PNAP) of the Federal University of Santa Catarina (UFSC), as a result of public policies for higher education. It is important to note, from this distance learning experience in the public higher education sector, that Brazilian university can be considered an indutor and protagonist of social development.

Keywords: University. Social development. Distance learning.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

18

Referências

AZOCAR, Mariana Aylwin. Educação, tecnologia e política: o caso do Chile. In: TEDESCO, Juan Carlos (Org.). **Educação e novas tecnologias**: esperança ou incerteza. São Paulo: Cortez, 2004. p. 251-255.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Imprensa Oficial, 2005.

_____. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Brasília: Imprensa Oficial, 2006.

_____. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Imprensa Oficial, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação – PNE**. Brasília: Ministério da Educação, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

_____. _____. Programa Nacional de Administração Pública. **Projeto pedagógico do curso PNAP**. Brasília: Universidade Aberta do Brasil, 2009. (Bacharelado em administração pública: modalidade a distância).

_____. _____. Secretaria de Educação Básica. **Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

BRASLAVSKY, Cecília. As políticas educativas ante a revolução tecnológica, em um mundo de interdependência crescentes e parciais. In: TEDESCO, Juan Carlos (Org.). **Educação e novas tecnologias**: esperança ou incerteza. São Paulo: Cortez, 2004. p. 77-94.

BRUNNER, José Joaquín. Educação no encontro com as novas tecnologias. In: TEDESCO, Juan Carlos (Org.). **Educação e novas tecnologias**: esperança ou incerteza. São Paulo: Cortez, 2004. p. 17-75.

BUNN, Denise Aparecida et al. **Guia do estudante**: curso de especialização em gestão em saúde. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, UFSC; Brasília: CAPES, UAB, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra. 2007.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

19

COSTA, Alexandre Marino et al. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 10., 2013, Belém, 2013. **Anais...** Belém: UNIREDE, 2013.

FERNANDES, Antônio Sergio Araujo. **Políticas públicas, definição, evolução e o caso brasileiro na política social**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.fortium.com.br/blog/material/Pol_Pub_Def_Evol_Caso_Brasileiro.pdf>. Acesso em: 4 set. 2013.

HOBSBAWM, Eric. **O novo século**. Entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IAIES, Gustavo. Introdução de novas tecnologias: o caso da Argentina. In: TEDESCO, Juan Carlos (Org.). **Educação e novas tecnologias: esperança ou incerteza**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 231-239.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior no Brasil**. Brasília: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

_____. **SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**. 5. ed. rev. e ampl. Brasília: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

LÈVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2007.

LOBO, Márcia Eunice. **Avaliação e regulação da educação a distância no ensino superior brasileiro: um olhar sobre os processos de credenciamento institucional**. 2011. 250 p. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

LUKACS, John. **O fim de uma era**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

PAIVA, Vanilda; WARDE, Mírian Jorge. Anos 90: o ensino superior na América Latina. In: _____; _____. (Org.). **Dilemas do ensino superior na América Latina**. Campinas: Papyrus. 1994. p. 9-41.

PORTER, Michel E. A vantagem competitiva das nações. In: _____. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 167-208.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez. 2005.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

20

SAUS, Javier Bonilla. Políticas nacionais de educação e novas tecnologias: o caso do Uruguai. In: TEDESCO, Juan Carlos (Org.). **Educación e novas tecnologias**: esperança ou incerteza. São Paulo: Cortez, 2004. p. 219-229.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SEVERINO, Antonio J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

TAMAREL, Jaime Sacher y Tamarel. Políticas nacionais e cooperação internacional em relação à educação e às novas tecnologias: o caso do México. In: TEDESCO, Juan Carlos (Org.). **Educación e novas tecnologias**: esperança ou incerteza. São Paulo: Cortez, 2004. p. 241-249.

TEDESCO, Juan Carlos (Org.). **Educación e novas tecnologias**: esperança ou incerteza. São Paulo: Cortez, 2004.

UNESCO. **A UNESCO e a educação na América Latina e Caribe 1987-1998**. Santiago: Escritório Regional da UNESCO para América Latina e Caribe, 1998. Disponível em: <https://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=68430&co_midia=2> Acesso em: 10 ago. 2013.

WEINZIERL, G. Modelo de avaliação de desempenho em um curso de especialização na modalidade de ensino a distância. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 10., 2013, Belém, 2013. **Anais...** Belém: UNIREDE, 2013.